



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2011 a AGOSTO/2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, atendendo aos dispositivos legais preceituados na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, vem publicar o **Relatório de Gestão Fiscal**, concernente ao **segundo quadrimestre do exercício de 2012**.
 Os dados estão disponíveis a partir desta data no site do Tribunal de Justiça (www.tjsc.jus.br).

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 973.039.693,85 | - |
| Pessoal Ativo | 825.660.470,63 | - |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | 39.956.057,26 | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 785.704.413,37 | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 147.379.223,22 | - |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas | 147.379.223,22 | - |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 203.331.661,65 | - |
| Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 14.136.466,05 | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 35.963.235,38 | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 42.218.440,87 | - |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 111.013.519,35 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 769.708.032,20 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) (IIIa + IIIb) | 769.708.032,20 | - |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | |
|--|-------------------|--|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) | 14.292.790.588,18 | |
| % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | 5,39% | |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,0% | 857.567.435,29 | |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70% | 814.689.063,53 | |

FONTE: Balancete Unidade Gestora e Secretaria de Estado da Fazenda no que concerne a RCL

Nota: 1 - Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota: 2 - As despesas liquidadas relativas ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juizes de Paz (Subação 9380 - Encargos com inativos) não foram consideradas.

Florianópolis, 21 de setembro de 2012

Des. Cláudio Barreto Dutra
Presidente

Ricardo Lentz
Diretor de Orçamento e Finanças

Ivan Bertoldi
Coordenador de Auditoria Interna